

QUESTÃO 01 – 2ª questão de desempate

Atualmente, um dos principais desafios das ciências – sejam elas naturais, sociais ou humanas – é a proteção e a recuperação ambiental. No entanto, embora a atividade econômica, sobretudo a indústria, seja a principal responsável pelos danos causados pela ação da humanidade, vários outros fatores levam às situações observadas hoje. É possível afirmar, inclusive, que essas mesmas ciências carregam parcela dessa responsabilidade, porque:

- a) obstáculos epistemológicos inibiram por muito tempo a produção de um verdadeiro conhecimento científico nas áreas do Direito e da Economia do ambiente, levando a conclusões equivocadas de juristas e economistas acerca da natureza e da qualificação jurídica e econômica de bens e serviços ambientais;
- b) os conceitos cunhados pela ciência econômica clássica facilitaram a compreensão teórica da esgotabilidade dos recursos naturais e, conseqüentemente, a construção de ferramentas jurídicas para a proteção ambiental;
- c) uma definição jurídica clara dos bens ambientais em todas as jurisdições nacionais facilitou historicamente o enquadramento das propriedades naturais e, assim, contribuíram para que a análise econômica do Direito, através da figura da *tragédia dos comuns*, solucionasse a mentalidade predatória na exploração de recursos ambientais;
- d) sempre demonstraram, por meio de pesquisas estritamente teóricas e de pesquisas empíricas, a insuperabilidade dos obstáculos que levam à degradação ambiental;
- e) os conceitos cunhados, em especial nas ciências jurídicas, não possuem qualquer aplicação prática. Exemplo disso é a responsabilidade intergeracional, posto que pessoas ainda não nascidas não pode possuir qualquer tipo de direitos, por não poderem ser consideradas sujeitos de direito.

QUESTÃO 02 – 1ª questão de desempate

A charge abaixo representa alguns dos problemas característicos de processos de urbanização descontrolada.



Relativamente ao espaço urbano, seus desafios, e os direitos fundamentais a eles relacionados, é possível afirmar corretamente que:

- a) Apesar de serem reconhecidos como fundamentais em virtude de interpretações teleológicas da Constituição brasileira, os direitos individuais e coletivos relacionados ao meio urbano não são explicitamente previstos como fundamentais pela lei máxima do país;
- b) Mudanças recentes na legislação ambiental brasileira transportaram as competências da organização urbana para os estados federados, tendo em vista que os desafios de implementação de direitos e de integração de direitos ambientais e sociais estavam acima das capacidades técnicas dos municípios;
- c) Apesar do direito urbanístico ser uma área relativamente recente, diversas legislações ao longo da história brasileira influenciaram a organização e consolidação dos espaços urbanos conforme os conhecemos hoje. A Lei de Terras, de 1850, é um clássico exemplo disso;
- d) Os planos diretores urbanos (conhecidos como PDU's) são instrumentos normativos de grande importância para o planejamento urbano. No entanto, são um exemplo claro de políticas *top-down*, uma vez que não prevêm instrumentos de participação democrática;
- e) Por se tratar de conceito ainda muito recente, as chamadas *ciudades sustentáveis* não são tratadas pelo direito brasileiro.

QUESTÃO 03

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.

Nosso Futuro Comum, 1987

O Relatório Brundtland, ou Nosso Futuro Comum, consolidou o conceito de desenvolvimento sustentável, essencial nas discussões sobre proteção sócio-ambiental em equilíbrio com o desenvolvimento econômico. No âmbito estritamente nacional, a Constituição de 1988 é um dos marcos mais importantes. No entanto, o Brasil possui diversas legislações que também tratam da proteção ambiental. Constitucionalizar e compatibilizar todas essas normas, nacionais e internacionais, é apenas um dos exemplos dos muitos desafios que o Judiciário brasileiro enfrenta na resolução de casos ambientais.

Sobre a atuação judicial brasileira e a compatibilização dos princípios internacionais de direito ambiental, é correto o que se afirma apenas em:

- a) Apesar da dificuldade em se estabelecer o nexo causal para configuração da responsabilidade ambiental, o momento imediatamente posterior – de fixação da extensão da reparação – é bastante simples, em especial em ações coletivas;
- b) a responsabilidade civil ambiental deve ser compreendida o mais amplamente possível, de modo que a condenação a recuperar a área prejudicada não exclua o dever de indenizar – o qual abange apenas o juízo retrospectivo, dada a natureza da ação indenizatória;
- c) Embora deva o Judiciário aplicar o princípio da precaução em seus julgados e análises, em algumas situações a lei prevê explicitamente situações que o contradizem, como acontecia com a queima da palha de cana de açúcar, que se enquadrava automaticamente nas exceções descritas no parágrafo único do art. 27, do antigo Código Florestal;
- d) Relativamente aos danos morais ambientais, a dor, em sua acepção coletiva, é ligada a um valor equiparado ao sentimento moral individual, mas não propriamente este, uma vez que concerne a um bem ambiental, indivisível, de interesse comum, solidário e relativo a um direito fundamental de toda coletividade;
- e) O pouco que se tem conseguido avançar em proteção ambiental por meio do Judiciário brasileiro acaba sendo ofuscado pela dificuldade em harmonizar direitos ambientais e direitos sociais no contexto jurídico brasileiro.

QUESTÃO 04

Qual dos casos abaixo melhor exemplifica a aplicação do princípio da precaução ambiental, conforme previsto no item 15 da Carta do Rio?

- a) Uma cidade no interior de São Paulo estava sofrendo com altos índices de poluição atmosférica levando, inclusive, a doenças pulmonares em grande parte da população. Era sabido que a poluição se devia à atividade de algumas fábricas localizadas no município. Sem dinheiro para implementar ações de prevenção, mitigação e recuperação, o prefeito decide implementar uma taxa especial, incidente sobre tais fábricas, para financiar um fundo ambiental;
- b) As alterações introduzidas pelo Novo Código Florestal para impor a criação de **Área** de Proteção Permanente (APP's) e Reservas Legais, inclusive em propriedades privadas, devido à função ambiental que devem exercer;
- c) O amianto tornou-se material amplamente utilizado na produção de telhas em virtude de suas vantagens econômicas (preço e abundância) e suas propriedades físico-químicas (compatíveis com as finalidades de um telhado). Ao descobrirem que a exposição prolongada às fibras causavam uma doença pulmonar chamada asbestose (popularmente conhecida como “pulmão de pedra”), os governos dos Estados Unidos e de diversos países da União Europeia passaram a proibir o seu uso;
- d) Preocupados com o impacto ambiental e social causados pelos produtos plásticos de uso único, como sacolas plásticas e canudos, diversos países e governos locais estão introduzindo políticas e regulações de banimento ou restrição a tais produtos;
- e) O Ministério Público ajuizou ação visando à proibição do uso da técnica agrícola da queima da palha da cana de açúcar, sob o argumento de que seria prejudicial ao meio ambiente. O ponto central do argumento do órgão ministerial seria que a ausência de comprovação científica do potencial dano não seria suficiente para afastar a fixação da obrigação de não fazer as queimadas. A ação foi acatada pelo juiz com base no mesmo argumento.

QUESTÃO 05

Grande parte dos Estados-nação ainda hoje existentes se consolidaram durante os séculos XV e XVI. Diversos fatores levaram a tal estruturação, mas questões econômicas podem ser consideradas muito importantes, assim como até hoje são relevantes na dinâmica das relações internacionais. Isso é verdade **exceto** porque:

- a) A evolução das condições materiais durante a Idade Média levou a uma situação contraditória, entre uma burguesia cada vez mais poderosa economicamente e um poder político muito descentralizado;

- b) As estruturas feudais se tornaram anacrônicas e dificultavam o comércio;
- c) Havia necessidade de uma política centralizada que possibilitasse maior segurança e estabilidade nas regiões;
- d) Os vários processos de globalização, principalmente a chamada terceira fase (a partir da segunda metade do séc. XX), levaram a um déficit de governança global, em especial relativamente às estruturas econômicas multinacionais;
- e) Os principais sujeitos do Direito Internacional são as instituições privadas, o que coloca os Estados, na forma como hoje o conhecemos, em uma situação extremamente delicada.

QUESTÃO 06

A Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) é um dos dois órgãos previstos pela Convenção Americana de Direitos Humanos para garantir a observância aos Direitos Humanos pelos países signatários. A Corte IDH tem, então, competência para interpretação e aplicação das normas, nos termos previstos na Convenção. A análise de sua jurisprudência acerca do Direito Internacional Humanitário nos ensina que:

- a) Uma vez que o Direito Internacional dos Direitos Humanos já é considerado direito consuetudinário pelo Direito Internacional, a Corte IDH passa a ter competência para determinar violações ao Direito Internacional Humanitário;
- b) O princípio da proporcionalidade estabelece que deve ser previsto o nível de impacto sobre a população civil de um ataque armado antes de ele ser lançado, mesmo que em uma situação de conflito armado seja impossível prevenir o ferimento e morte de pessoas que não estão envolvidos no conflito;
- c) Das quatro vertentes do Direito Internacional Humanitário, apenas o Direito de Haia e o Direito de Genebra podem ser aplicados pela Corte IDH;
- d) Qualquer ato de guerra ou conflito armado implicará, necessariamente, em violações aos Direitos Humanos e ao Direito Internacional Humanitário, razão pela qual a Convenção de Genebra banuiu o *jus ad bellum* do Direito Internacional;
- e) De acordo com o Direito Internacional Humanitário, o princípio da distinção retrata uma norma internacional consuetudinária aplicada aos conflitos armados nacionais e internacionais, na qual se estabelece que as partes em conflito devem distinguir os combatentes da população civil, sendo vedado qualquer ato bélico contra a população civil.

QUESTÃO 07

Um importante passo na construção da compreensão internacional sobre a Responsabilidade Social foi a construção dos Princípios Orientadores sobre

Empresas e Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, baseados nos pilares “proteger, respeitar e remediar”. Sobre tal estrutura, é correto afirmar que:

- a) Apesar do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas não ter apoiado os Princípios Orientadores, eles são passo essencial na construção de um tratado internacional com normas vinculantes de proteção aos Direitos Humanos por empresas, cuja necessidade, por sua vez, constitui consenso entre os atores internacionais;
- b) Fatores geoeconômicos, jurídico-institucionais e de problemas de escala global-local, compuseram parte importante do contexto que levaram à **construção** dos Princípios Orientadores;
- c) O pilar “proteger” diz respeito ao dever das empresas de proteger a todas as pessoas de abusos de terceiros, inclusive de Estados, através de normas e regulações privadas que sejam adequadamente implementadas;
- d) O pilar “respeitar” diz respeito ao dever dos Estados de respeitar os direitos humanos, o que significa evitar que os direitos humanos das pessoas sejam feridos em virtude de suas relações comerciais, bem como lidar com danos que tenham ocorrido;
- e) O pilar “remediar” diz respeito ao papel que deve ser desempenhado pelas cortes internacionais de direitos humanos na proteção e garantia de tais direitos.

QUESTÃO 08

A acidentada experiência constitucional brasileira produziu, desde a independência, em 1822, oito cartas políticas. Além da evidente instabilidade, o projeto institucional brasileiro, até a Constituição de 1988, foi marcado pela frustração de propósitos dos sucessivos textos que procuravam repercutir sobre a realidade política e social do país. Vivemos intensamente todos os ciclos do atraso: a escravidão, o coronelismo, o golpismo, a manipulação eleitoral, a hegemonia astuciosa de alguns Estados membros da Federação, o populismo, o anticomunismo legitimador de barbaridades diversas, uma ditadura civil e outra militar. Até a sorte nos faltou em dois momentos cruciais de retomada democrática: a morte de Tancredo Neves, em 1985, e o impeachment de Collor de Mello, em 1992.

(Luis Roberto Barroso)

Interpretando o trecho acima e analisando a história constitucional brasileira, é possível afirmar que:

- a) Desde a independência política de Portugal, a construção das constituições brasileiras mostra um caminho semelhante em um processo que hoje seria chamado *bottom-up*, principalmente porque uma das preocupações centrais dos constituintes sempre foi refletir no texto

- normativo a prática diária dos **cidadãos**, garantindo assim a eficácia constitucional;
- b) A percepção do texto constitucional como norma jurídica foi progressivamente sendo substituída por uma atribuição de status político ao documento, o que levou à diminuição do Poder Judiciário no papel de interpretador do texto constitucional;
 - c) Uma das dificuldades teórico-práticas gerada pela aplicação da dogmática jurídica tradicional às categorias do direito constitucional, com sua complexa ambição de disciplinar os fatos políticos, é a compreensão do delicado equilíbrio entre as normas constitucionais e sua aplicação às condições históricas, políticas e sociais de um povo;
 - d) A validade normativa representa a materialização, no mundo dos fatos, dos preceitos legais e simboliza a aproximação, tão íntima quanto possível, entre o dever-ser normativo e o ser da realidade social;
 - e) No Brasil, a influência do modelo constitucional alemão levou o foco interpretativo à sua parte dogmática (prescritiva, **deontológica**), a visualização da Constituição como carta de direitos e de instrumentalização de sua tutela, até o início da década de 80 do séc. XX.

QUESTÃO 09 – 5ª questão de desempate



Considerando a tirinha acima, com a personagem Mafalda, e as teorias sobre democracia e sobre democracia constitucional, é possível afirmar corretamente que:

- a) Apesar do papel democrático das constituições, não se pode esperar que exerçam a função de veicular os consensos mínimos e essenciais da sociedade, pois os valores, instituições e direitos fundamentais nelas expressos são sempre construídos globalmente;

- b) Com senso de humor, Mafalda destaca uma das críticas centrais às democracias modernas, nas quais nem sempre se verifica eficácia democrática e nem mesmo uma definição democrática de quem é o povo;
- c) Um dos principais papéis das constituições nas democracias contemporâneas é assegurar o funcionamento adequado dos mecanismos democráticos, o governo da maioria e a alternância do poder, o que não significa sempre uma participação livre e igualitária dos cidadãos;
- d) As teorias democráticas contemporâneas não se baseiam necessariamente na soberania popular. Prova disso é a existência de monarquias democráticas – a exemplo do Reino Unido –, nas quais o poder dos monarcas é erigido sobre o direito divino;
- e) As noções democráticas e o poder constituinte originário demonstram pouca ou nenhuma relação, pois as características democráticas de uma Nação derivam exclusivamente da normatização construída por esse mesmo poder constituinte.

QUESTÃO 10

O atual constitucionalismo não é uma invenção disruptiva. Ao contrário, ele é fruto de construções históricas e culturais e, por isso, diversas experiências precursoras do atual constitucionalismo devem ser levadas em consideração pelos teóricos e operadores do direito. Sobre a história do constitucionalismo britânico, é correto o que se afirma em:

- a) Um dos marcos simbólicos da história constitucional, a Magna Carta foi, originariamente, um documento que resguardava os direitos feudais dos barões, relativamente à propriedade, à tributação e às liberdades, inclusive religiosa. A amplitude de seus termos, todavia, permitiu que, ao longo do tempo, assumisse o caráter de uma carta geral de liberdades públicas.
- b) Fruto de longo amadurecimento histórico, o modelo institucional inglês estabeleceu-se sobre raízes muito profundas, mas nem o tradicionalmente consuetudinário direito britânico pôde prescindir de uma Constituição escrita, complementada por documentos relevantes de natureza constitucional.
- c) A Constituição inglesa é produto de longo desenvolvimento histórico, tendo lastro nas (i) convenções e nas (ii) leis constitucionais. As convenções são atos do Parlamento e têm natureza constitucional não em razão da forma de votação, mas do seu conteúdo, por lidarem com matérias afetas ao poder político e aos direitos fundamentais. Já as leis constitucionais, são práticas consolidadas ao longo dos séculos no exercício do poder político, incluindo sua organização e a repartição de competências. Os papéis desempenhados pelo Primeiro-Ministro, pelo Gabinete e pelo Monarca, por exemplo, são fruto de leis.

- d) Mesmo se materializando em um texto escrito, a Constituição inglesa tem natureza flexível, podendo ser modificada por ato do Parlamento. Tal flexibilidade decorre do princípio do equilíbrio parlamentar – em suas dimensões positiva e negativa –, conceito-base da denominada democracia de Westminster.
- e) Na virada do século XX para o XXI, duas mudanças substantivas e de largo alcance prenunciaram uma possível revolução no direito inglês. Trata-se da aprovação, pelo Parlamento, de duas leis constitucionais: (i) o Human Rights Act, de 1998, que incorporou ao direito inglês os direitos previstos na Carta da ONU de Direitos Humanos; e (ii) o Constitutional Reform Act, de 2005, que reorganizou o Poder Legislativo inglês, dando-lhe maior autonomia em relação à Coroa.

QUESTÃO 11

O atual constitucionalismo não é uma invenção disruptiva. Ao contrário, ele é fruto de construções históricas e culturais e, por isso, diversas experiências precursoras do atual constitucionalismo devem ser levadas em consideração pelos teóricos e operadores do direito. Sobre a história do constitucionalismo estadunidense, é correto o que se afirma em:

- a) Em 17 de setembro de 1787 o texto constitucional foi aprovado em Convenção e estava pronto para ser submetido à ratificação dos Estados. A primeira Constituição escrita do mundo moderno passou a ser o marco simbólico da conclusão da Revolução Americana em seu tríplice conteúdo: a) independência das colônias; b) aprimoramento do modelo monárquico; c) implantação de um governo constitucional, fundado na bipartição de Poderes, na igualdade e na supremacia da lei (rule of the law)
- b) Uma das inovações trazidas pela Constituição foi a incorporação de uma declaração de direitos, a qual foi aprimorada ao longo do tempo com assembleias legislativas estaduais por convenções constitucionais especiais.
- c) Mais de duzentos anos após sua entrada em vigor, a Constituição americana ainda conserva sete artigos apenas, tendo sofrido o número reduzido de vinte e sete emendas ao longo desse período.
- d) A **histórica** desconfiança do direito constitucional americano com relação à atuação do Judiciário é comprovada pelo papel reduzido da Suprema Corte quando na condição de intérprete da Constituição.
- e) Por vezes o Congresso Americano edita emendas à Constituição a fim de alterar a interpretação estabelecida pela Suprema Corte. Dois exemplos disso foram: a 1ª Emenda, dando imunidade de jurisdição aos Estados; a admissão de um imposto estadual **sobre o comércio** de produtos, advinda com a 16ª Emenda.

QUESTÃO 12

O atual constitucionalismo não é uma invenção disruptiva. Ao contrário, ele é fruto de construções históricas e culturais e, por isso, diversas experiências precursoras do atual constitucionalismo devem ser levadas em consideração pelos teóricos e operadores do direito. Sobre a história do constitucionalismo francês, é correto o que se afirma em:

- a) Sob o lema liberdade, igualdade e fraternidade, promoveu-se um conjunto amplo de reformas aristocráticas, que incluíram: a) a anistia do sistema feudal; b) a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão; c) a elaboração de uma nova Constituição, concluída em 1791; d) a denominada constituição civil da monarquia.
- b) A Assembleia Nacional, de maioria favorável à monarquia, não pôde instaurá-la, à vista da disputa irresolvida entre os pretendentes ao trono: de um lado, os Bourbon, de outro, os Orleans. Sobreveio, assim, a Constituição de 1875, instituidora da Terceira República, que deveria ter sido provisória, mas durou décadas, até a ocupação da França pelos alemães, em 1940.
- c) A Constituição de 1946, que criou a Quarta República, adotou um modelo parlamentar no qual o Presidente, eleito diretamente, passava a exercer poderes efetivos.
- d) A instabilidade dos governos e a grave crise na Guiana, então colônia francesa, levaram ao desprestígio da Constituição de 1946. O general Charles De Gaulle, herói da Segunda Guerra Mundial, liderou o movimento que resultou na elaboração e aprovação, por maioria apertada, de uma nova Constituição, a de 1958, que restringia os poderes presidenciais.
- e) Após a aprovação do Tratado de Maastricht, em 7 de fevereiro de 1992, a Constituição foi emendada para disciplinar o ingresso da França na União Europeia. Até a virada do século, haviam sido aprovadas treze emendas ao texto original.

QUESTÃO 13

O atual constitucionalismo não é uma invenção disruptiva. Ao contrário, ele é fruto de construções históricas e culturais e, por isso, diversas experiências precursoras do atual constitucionalismo devem ser levadas em consideração pelos teóricos e operadores do direito. Sobre a história do constitucionalismo alemão, é correto o que se afirma em:

- a) Em 1866, com a vitória da Prússia na guerra contra a Áustria, formou-se a Confederação Germânica do Norte, que, apesar das inúmeras tentativas, nunca chegou de fato a promulgar uma Constituição. Tais esforços foram encerrados com a unificação alemã, formalmente concluída em 1871, com a vitória sobre a França.

- b) Em 16 de abril de 1871 foi promulgada a Constituição do Império, tendo Bismarck como chanceler, cargo que ocuparia até 1890. Esta Carta só ficou conhecida como Constituição de Weimar, a qual exerceu sua vasta influência até a Primeira Guerra Mundial.
- c) Elaborada em um contexto de intensa turbulência política, a Constituição de Weimar tornou-se um dos documentos constitucionais mais influentes da história, apesar de sua curta vigência, encerrada, de fato, em 1933, e apesar de nunca ter sido verdadeiramente efetivada. Essa Constituição foi resultado de influências ideológicas diversas.
- d) Mesmo com a chegada de Adolf Hitler ao poder, a Constituição de Weimar continuou vigente e, com isso, conseguiu-se refrear por um tempo os ímpetus políticos do novo governante. Por exemplo, apesar da publicação, em março de 1933, da "lei de autorização" (Ermächtigungsgesetz), na prática os poderes constitucionais superavam os poderes institucionais recém adquiridos pelo Chanceler Adolf Hitler, em virtude do princípio da supremacia constitucional.
- e) Após a derrota na Segunda Guerra e os julgamentos do Tribunal de Nuremberg, foi promulgada a Lei Fundamental da República Federal da Alemanha, em 23 de maio de 1949, marcada pela reafirmação dos valores democráticos. A Constituição falhou inicialmente, no entanto, em enunciar explicitamente os direitos fundamentais, com uma lacuna especialmente destacada relativamente aos direitos de liberdade.

QUESTÃO 14 – 3ª questão de desempate

Leia atentamente o caso abaixo. Em seguida, indique a opção que relaciona corretamente as decisões judiciais com pelo menos um dos princípios ambientais que elas **procuram** efetivar.

Uma empresa química despeja parte de seus rejeitos industriais em um rio vizinho a suas instalações. Preocupada com os efeitos ambientais e sobre a saúde humana resultantes dessa prática, a população local se mobilizou e, através de uma ONG ambiental, ajuizou uma ação requerendo diversas ações por parte da empresa. O relatório de um perito indicado pelo juiz da causa indicou a existência de altas concentrações do composto X e do composto Y no rejeito industrial. O composto X é conhecido por quintuplicar a probabilidade de câncer de mama na população feminina, apesar de ainda não haver dados sobre esse tipo de câncer na população da região. Já o composto Y é novo e seus efeitos desconhecidos, pois é resultado de uma técnica recém desenvolvida para melhoramento da produção e, conseqüentemente, diminuição das despesas produtivas. No entanto, pesquisas preliminares têm indicado risco para o meio ambiente e para a saúde humana após a exposição do composto Y por décadas consecutivas à ação da água e da luz solar. Diante dessas constatações e de outras provas produzidas ao longo do processo, o juiz determinou, dentre outras: (i) a cessação imediata do despejo do composto X; (ii) a cessação imediata do despejo do composto Y; (iii) medidas de detecção, prevenção e tratamento do câncer de mama para mulheres da região, custeadas **pela empresa.**

- a) (i) princípio do poluidor-pagador; (ii) princípio do desenvolvimento sustentável; (iii) princípio da função socioambiental da propriedade
- b) (i) princípio da solidariedade intergeracional; (ii) princípio do desenvolvimento sustentável; (iii) princípio da precaução
- c) (i) princípio da precaução; (ii) princípio da prevenção; (iii) princípio do poluidor-pagador
- d) (i) princípio da prevenção; (ii) princípio da solidariedade intergeracional; (iii) princípio do poluidor-pagador
- e) (i) princípio da precaução; (ii) princípio da solidariedade intergeracional; princípio do poluidor-pagador

QUESTÃO 15

Apesar de não ser um fenômeno contemporâneo, o estudo integrativo direito-economia apenas recentemente tem ganhado força e se expandido. Principalmente no Brasil, essa é uma abordagem ainda pouco utilizada e desconhecida por muitos. Ainda assim, a análise econômica do direito pode se mostrar muito útil, podendo-se concluir corretamente, por exemplo que:

- a) É possível aplicar os fundamentos teóricos de análise econômica normativa da responsabilidade civil no âmbito do direito brasileiro de responsabilidade civil;
- b) À luz dos fundamentos de análise econômica normativa da responsabilidade civil, verifica-se uma diminuição da consistência teórica do Código Civil de 2002 quando comparado com o de 1916;
- c) Uma análise econômica normativa do Novo Código Civil mostra que ele ainda carece de conexão da função social à prevenção de acidentes;
- d) A partir de uma análise econômica normativa do direito brasileiro, verifica-se que a ideia de controle do nível de atividade perigosa desenvolvida pelo autor, via regra de responsabilidade objetiva, apenas começou a se fazer presente a partir do séc. XXI;
- e) Inexiste nas normas brasileiras a ideia de utilização da regra de responsabilidade objetiva com o propósito de aumentar o bem-estar social, mediante alocação do risco à parte autora, em situações nas quais o autor é menos avesso ao risco do que a vítima.

QUESTÃO 16 – 4ª questão de desempate

Inúmeros conflitos e discussões marcam a construção da hidrelétrica de Belomonte, na bacia do Rio Xingu. Após mais de trinta anos do início do projeto, o Brasil foi denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos por fatos acontecidos até 2010 – data da denúncia. Sobre esse caso, é correto apenas o que se afirma em:

- a) Por meio de medida cautelar que foi imediatamente acatada pelo Estado brasileiro, a CIDH determinou a suspensão imediata do processo de licenciamento e impediu a realização de qualquer obra material de execução;
- b) Embora o Brasil tenha considerado que o resultado da consulta à população indígena não fosse vinculante, a jurisprudência da Comissão e da Corte Interamericana é uníssona sobre a necessidade de se consultar os povos indígenas antes de qualquer imposição de política pública que possa afetá-los, bem como pelo caráter vinculante dessa consulta;
- c) A medida cautelar emitida pela CIDH foi a única até hoje explicitamente descumprida pelo Brasil, apesar do caráter não vinculante de tais documentos;
- d) Apesar dos claros impactos ambientais envolvidos no caso, não foi possível à Comissão ou à Corte determinar quaisquer medidas de natureza ambiental, uma vez que elas são incompetentes, nos termos da Convenção, para qualquer proteção de cunho ambiental;
- e) O caso acabou por significar inovação no contexto interamericano, na medida em que permitiu a responsabilização do governo federal por obras e ações realizadas por governos estaduais e municipais.

QUESTÃO 17

O Sr. Hissène Habré foi presidente da República do Chade de 1982 até 1990. Seu mandato ficou marcado pela sistemática violação de direitos humanos no país, eis que o Governo liderado por Habré praticava a tortura de maneira corriqueira e usual; não bastasse isso, ceifava a vida de qualquer pessoa que se manifestasse contra seu governo. Milhares de pessoas foram mortas e torturadas na República do Chade. Em 1990, diante de todas as atrocidades cometidas por seu governo, Hissène Habré foi deposto do cargo e fugiu para a cidade de Dakar, no Senegal, onde recebeu asilo. Após alguns anos, a República do Chade pediu a repatriação do ex-presidente para que ele pudesse responder por todas as violações de direitos humanos cometidas durante o seu governo. Nesse interregno, a Bélgica também pediu a extradição de Habré, já que algumas vítimas do Regime comandado por ele, que contavam com dupla cidadania, vieram a postular diante do Judiciário da Bélgica. O Senegal negou o pedido de repatriação do ex-presidente Habré para a República do Chade, alegando que esta não o julgaria de maneira imparcial. No ano de 2005, o Estado do Senegal também denegou o pedido de extradição do ex-presidente Habré para a Bélgica. Assim, antes de realizar um terceiro pedido de extradição do Sr. Habré, a Bélgica levou o caso até a Corte Internacional de Justiça.

Caio Paiva e Thimotie Aragon Heeman, 2017

O extrato acima resume o caminho do caso Bélgica vs. Senegal até a Corte Internacional de Justiça. Sobre a decisão da Corte nesse caso, é possível afirmar corretamente que:

- a) Assim como aconteceu no caso Bélgica vs. Congo, a Corte analisou o ordenamento jurídico interno das partes para conferir validade ou não à jurisdição universal, pois se tratava de caso de tortura;

- b) O caso é um dos vários que se deparou com o empecilho da soberania estatal para a concretização de direitos humanos, vez que mesmo os artigos da Convenção da ONU contra Tortura não podem ser exigidas por qualquer Estado, sob risco de violação da soberania;
- c) No caso em questão, a Corte reconheceu que a proibição da prática de tortura é uma norma de *jus cogens* costumeira;
- d) A Corte se posicionou no sentido de que, por se tratarem de obrigação *erga omnes*, às normas de investigar e extraditar ou julgar da Convenção da ONU contra a Tortura não se aplica o art. 28 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados;
- e) Apesar da criação do Tribunal Internacional Híbrido para julgar Hissenè Habré, o ex-presidente do Chade foi absolvido das acusações de tortura em virtude do princípio penal da anterioridade da norma.

QUESTÃO 18

No curso da elaboração do estatuto da Corte Permanente de Justiça Internacional, em junho e julho de 1920, o comitê consultivo de juristas lidou com a questão do papel dos princípios de direito em qualquer sistema jurídico, seja em nível doméstico ou internacional. A questão, logicamente, é bastante controversa, mas sobre esse processo é possível afirmar corretamente que:

- a) E. Root, por exemplo, era o maior defensor da **inclusão** de princípios e normas abertas, aproveitando a oportunidade para superar o modelo tradicional e hermético do Direito Internacional;
- b) M. Loder, por outro lado, destacou que não era o papel de uma corte de justiça cristalizar princípios internacionalmente reconhecidos em normas positivas;
- c) Lord Philimore acreditava ser impossível buscar princípios gerais, pois uma base principiológica seria possível apenas no foro doméstico;
- d) Para Descamps, os juízes deveriam tomar suas decisões com base na “consciência jurídica das nações civilizadas”;
- e) Diante das muitas perspectivas e controvérsias, Raul Fernandes era um pessimista relativamente à conciliação dos pensamentos e à chegada a um consenso.

QUESTÃO 19

Corporações são consideradas pessoas jurídicas na maior parte dos ordenamentos jurídicos nacionais. Mais do que isso, de modo geral as empresas apenas têm sua personalidade e conseqüente existência jurídica reconhecidas em virtude de normas nacionais que prevêm os requisitos para tal. No âmbito do Direito Internacional, entretanto, algumas dificuldades surgem com relação ao status das corporações enquanto atores de direito internacional. Leia atentamente as afirmativas abaixo, relacionadas à essas discussões.

I – As análises tradicionais distinguem **entre** sujeitos e objetos de Direito Internacional. Indivíduos, por exemplo, não eram considerados sujeitos de Direito Internacional antes da II Guerra Mundial. Até então, basicamente os Estados detinham o monopólio de tal status.

II – As consequências do Holocausto para indivíduos originaram a discussão de passar a considerá-los sujeitos de Direito Internacional. No entanto, até hoje o assunto é altamente controverso e, conseqüentemente, não pacificado.

III – A natureza cada vez mais internacional das corporações e o crescimento do número de empresas com receita maior que o PIB de muitos países gerou a discussão sobre a necessidade de mudar o status das multinacionais perante o Direito Internacional, passando a considerá-las sujeitos de Direito Internacional. No entanto, até hoje o assunto é altamente controverso e, conseqüentemente, não pacificado.

Julgando as assertivas em falsas (F) ou verdadeiras (V), o item que traz corretamente os julgamentos é:

- a) I – V; II – V; III – V
- b) I – F; II – F; III – F
- c) I – F; II – F; III – V
- d) I – V; II – V; III – F
- e) I – V; II – F; III – V

QUESTÃO 20

Ainda existem nas ciências jurídicas diversos conceitos controversos, mas nenhum ainda tão pouco definido como o da Responsabilidade Social Corporativa. Se mapearmos as definições encontradas na literatura científica jurídica desde a década de 1980, mas principalmente desde o final da década de 1990, é possível no entanto, encontrar alguns elementos em comum dentre todas as dezenas de conceitos disponíveis. Dentre as características centrais – comuns entre as definições – que se pode listar a partir de tal mapeamento, encontram-se, **EXCETO**:

- a) São práticas voluntárias;
- b) São práticas voltadas à internalização de externalidades;
- c) São práticas alinhadas com uma perspectiva de múltiplos *stakeholders*;
- d) São práticas filantrópicas;
- e) São práticas que conjugam responsabilidades sociais e econômicas.

QUESTÃO 21

Ainda relativamente aos inúmeros conceitos de Responsabilidade Social Corporativa mencionados na questão anterior, é correto o que se afirma apenas em:

- a) Percebe-se peso semelhante dado pela literatura às dimensões econômica, social e ambiental para a construção do conceito, o que se explica pela incorporação da noção de desenvolvimento sustentável;
- b) Responsabilidade Social Corporativa, Responsabilidade Socioambiental Corporativa e Responsabilidade Ambiental Corporativa são termos sempre usados como sinônimos;
- c) A dimensão ambiental do conceito recebia peso muito menor do que, por exemplo, a dimensão social. Isso, no entanto, foi se modificando ao longo do tempo e a tendência atual é que a ambas as dimensões seja dado o mesmo peso;
- d) As definições constituem excelente fonte descritiva da performance ótima (conforme conceito econômico) e de como os impactos sócio-ambientais das empresas deveriam ser considerados no processo empresarial de tomada de decisões;
- e) Apesar de nem sempre andar lado a lado com a discussão sobre os modelos empresariais conhecidos como *shareholder* e *stakeholder*, os conceitos de Responsabilidade Social Corporativa demonstram uma clara tendência ao modelo *shareholder*.

QUESTÃO 22

O crime de genocídio é infelizmente um crime internacional relativamente comum e, por isso, tratado por diversos instrumentos e organismos internacionais. Relativamente a esse contexto, é correto o que se afirma apenas em:

- a) Apesar dessa preocupação presente em tantos instrumentos internacionais, o Estatuto do Tribunal Penal Internacional, que deveria ser central na luta contra o genocídio, ainda não traz previsões relativamente ao genocídio;
- b) Após as inúmeras soluções dadas pelo Direito Internacional, genocídios foram finalmente extintos e agora o tema é tratado apenas como **tristes** capítulos da história do Direito Internacional ou quando da necessidade de julgamento de um ex-ditador;
- c) A Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio, de 1948, trouxe um dilema para o Direito Internacional, na medida em que uma coisa é assinar um tratado com finalidades tão nobres, outra bem diferente é fazer uso de tropas ou investir recursos econômicos na tentativa de parar práticas genocidas;
- d) Não é possível precisar quando foi iniciado o debate moderno sobre genocídio no Direito Internacional, no entanto, tudo indica que o Holocausto, durante a II Guerra Mundial, foi o começo;
- e) Apesar de a ideia geral por trás do termo genocídio ser bastante conhecida e de fácil compreensão, a comunidade jurídica internacional ainda busca uma definição precisa para ele.

QUESTÃO 23

As análises e estudos do desenvolvimento normativo e institucional do direito internacional dos direitos humanos nos ensinam que:

- a) As obrigações assumidas pelos Estados em **matéria de** direitos humanos representam apenas um compromisso frente a outros Estados – sujeitos de direito internacional – mas ainda carecem de reconhecimento de obrigações frente aos cidadãos submetidos à autoridade estatal;
- b) Quando ocorre uma violação a direitos humanos, há a violação de um bem jurídico tutelado pelos sistemas de proteção aos direitos humanos. Assim, ainda que a violação seja estritamente interna em um Estado, surge o direito de acionamento, pelas vítimas, dos instrumentos de proteção existentes nos sistemas;
- c) A maior conquista do direito internacional dos direitos humanos na última década foi permitir a obrigação – e consequente responsabilização – dos Estados perante o direito internacional mesmo sem o explícito consentimento destes quanto as violações em questão forem a direitos humanos;
- d) Em virtude do caráter soberano dos órgãos legislativos nacionais e do princípio da independência das cortes nacionais, certos órgãos de Estado ainda estão excluídos do regime de responsabilidade internacional;
- e) Para determinar se uma ação ou omissão estatal é um ilícito internacional, recorre-se primeiramente ao direito nacional daquele Estado e complementarmente ao **direito** internacional, em virtude do princípio da subsidiariedade. Assim, ainda que a ação ou omissão não esteja conforme o direito internacional, mas seja lícito perante as normas nacionais em questão, não há ilícito internacional. Trata-se de um princípio fundamental de direito internacional reiterado em diversas ocasiões pelos tribunais internacionais.

QUESTÃO 24

Há casos em que a Corte Interamericana de Direitos Humanos associa os direitos à proteção da integridade pessoal e às garantias judiciais da Convenção Americana de Direitos Humanos, associação esta que impacta diretamente no Constitucionalismo de diversos países latino-americanos. São exemplos em que isso aconteceu, **EXCETO**:

- a) O caso Hamdan e Rumsfeld, em que a Corte considerou demonstrada a falta de acesso a defesa adequada e ao Judiciário pelos detidos em Guantánamo;
- b) O caso Barrios Altos, em que a Corte considerou que as leis de anistia adotadas pelo Peru evitaram que os parentes das vítimas e os sobreviventes nesse caso pudessem ser ouvidos por um juiz;

- c) O caso Velásquez-Rodríguez, no qual a Corte considerou comprovada a abstenção do Poder Judiciário para atender aos recursos impetrados perante diversos tribunais;
- d) O caso Gomes Lund, em que a Corte considerou que o Estado descumpriu a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana sobre Direitos Humanos como consequência da interpretação e aplicação que foi dada à Lei de Anistia a respeito de graves violações de direitos humanos;
- e) Novamente no caso Gomes Lund, quando a Corte considerou o Estado violador dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial, pela falta de investigação dos fatos e pela falta de julgamento e sanção dos responsáveis, em prejuízo dos familiares das pessoas desaparecidas e da pessoa executada.

QUESTÃO 25

“Pensar global, agir local” é um dos motes mais conhecidos na mobilização ambiental. O desafio da integração em diferentes níveis geográficos que é resumido por essa frase também é aplicável ao Direito Ambiental. Em outras palavras, o Direito Ambiental deve buscar constantemente formas de integração entre seus níveis local (por exemplo, municipal ou estadual), nacional, regional e internacional. Sobre tais integrações, é correto afirmar sobre o direito ambiental brasileiro:

- a) A incorporação de normas e princípios ambientais internacionais tem, de modo geral, acontecido com sucesso, mas infelizmente a lei ambiental criminal brasileira ainda não contém qualquer previsão advinda do Direito Internacional Ambiental;
- b) A Constituição Brasileira procurou cuidar dessa integração a partir de ferramentas jurídicas como competências comuns entre os entes federados. No entanto, em temas como licenciamento e fiscalização, por exemplo, a prática ainda oferece bastantes dificuldades e desafios para que os municípios assumam as suas responsabilidades, mesmo após a edição da LC 140/2011;
- c) No Brasil, a cooperação internacional para proteção ambiental é disciplinada pela própria Constituição Federal, no capítulo sobre direitos e deveres fundamentais;
- d) A cooperação internacional para proteção ambiental é princípio de direito internacional com cunho extrinsecamente penal;
- e) Apesar de já considerada **norma** internacional consuetudinária, a cooperação internacional ainda não é prevista na Carta das Nações Unidas, motivo pelo qual tal inclusão faz parte da agenda das principais organizações internacionais que lutam pela preservação ambiental.

QUESTÃO 26

Direitos humanos são vulneráveis à degradação do ambiente. Estados devem protegê-los, alerta especialista das Nações Unidas.

O especialista das Nações Unidas sobre direitos humanos e meio ambiente, John Knox, destacou a urgente necessidade de clarificar as obrigações de direitos humanos ligados à fruição de um ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável. Esse esclarecimento, segundo ele, "é necessário para que os Estados e os demais entendam melhor o que essas obrigações exigem e garantam, dessa forma, que elas sejam plenamente cumpridas, em todos os níveis, do local ao global".

"Os direitos humanos e do meio ambiente não apenas são inter-relacionados, eles também são interdependentes", disse Knox durante a apresentação do seu relatório preliminar ao Conselho de Direitos Humanos. "Um ambiente saudável é de fundamental importância para o gozo dos direitos humanos e o exercício dos direitos humanos é necessário para um ambiente saudável". "Todos os direitos humanos são vulneráveis à degradação ambiental, em que o pleno exercício de todos os direitos humanos depende de um ambiente de apoio", ressaltou o especialista. "A falta de uma completa compreensão quanto ao conteúdo relacionado às obrigações para com o ambiente e com os direitos humanos não significa que tais obrigações não existam. De fato, alguns aspectos desses deveres já são claros", disse ele. "A obrigação de cumprimento dos direitos humanos não é aligeirada porque o ambiente está em causa".

No seu relatório John Knox também identifica os direitos cuja implementação é fundamental para a formulação de políticas ambientais, tais como os direitos à liberdade de expressão e de associação, direito de receber informações e participar nos processos de decisão, e o direito aos recursos legais. "O exercício desses direitos", explicou ele, "torna as políticas ambientais mais transparentes, mais bem informadas e mais ágeis para os mais interessados".

"Os Estados devem reconhecer o importante trabalho realizado por defensores dos direitos humanos que trabalham em questões fundiárias e ambientais na tentativa de encontrar um equilíbrio entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, não devem tolerar a sua estigmatização e devem assegurar investigações imediatas e imparciais sobre as alegadas violações dos seus direitos", disse ele.

"Embora a interdependência entre direitos humanos e o meio ambiente pode parecer auto-evidentes", alertou o especialista, "os contornos específicos de direitos substantivos e processuais relativos ao ambiente exigem esclarecimentos".

No relatório preliminar Knox identifica muitas questões que precisam ser abordadas, inclusive as relativas transfronteiriça e global, danos ambientais, como as alterações climáticas, não-estatais, tais como corporações multinacionais e os grupos vulneráveis, incluindo crianças, deslocados, os povos extremamente pobres e indígenas.

Genebra, 7 de março de 2013 | Alto Comissariado para os Direitos Humanos - Traduzido por UNRIC

Disponível em: <unric.org>. Acesso em: 20 ago. 2018.

Após a leitura do texto acima, é possível concluir corretamente que:

- a) Apesar do crescimento de especialistas defendendo uma maior proteção ambiental através das Cortes Internacionais de Direitos Humanos, estas não possuem margem de manobra para atuação, pois a delimitação de suas competências é bastante explícita e não envolve a interpretação de normas com conteúdo ambiental;

- b) As declarações de John Knox deixam claro o processo histórico que culminou no reconhecimento, pelo Direito Internacional, do direito a um meio ambiente equilibrado como um direito fundamental;
- c) Fica clara a prominência da atuação estatal no processo de reconhecimento do direito fundamental a um meio ambiente equilibrado, enquanto a atuação da sociedade civil ainda é quase inexistente, levando, assim, a uma dificuldade de criar regulação pública para as multinacionais nesse sentido;
- d) A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem demonstrado concordar com a interrelação defendida por John Knox e outros especialistas por meio do esverdeamento de suas decisões, mesmo não tendo competências ambientais diretas;
- e) A divergência demonstrada nos argumentos do texto é meramente de abordagem. Isto é, os Estados não reconhecem o direito a um meio ambiente equilibrado como fundamental porque defendem que os direitos sociais têm maior importância, enquanto John Knox defende que primeiro devem ser garantidos os direitos ambientais para só então buscar-se a efetivação dos direitos sociais.

QUESTÃO 27

*Deus! Ó Deus! Onde estás que não respondes?
 Em que mundo, em qu'estrela tu t'escondes
 Embuçado nos céus?
 Há dois mil anos te mandei meu grito
 Que embalde desde então corre o infinito
 Onde estás, Senhor Deus?
 Atravessamos o mar Egeu
 O barco cheio de Fariseus
 Com os Cubanos
 Sírios, ciganos
 Como Romanos sem Coliseu
 Atravessamos pro outro lado
 No rio vermelho do mar sagrado
 Os center shoppings superlotados
 (Tribalistas, 2017)*

As condutas adotadas por alguns países europeus em face do grave dilema que serve de enredo para a letra da canção *Díáspora*, têm se mostrado:

- a) violadoras dos termos da Convenção aprovada em 30 de novembro de 1992.
- b) violadoras dos termos da Convenção de Nova York de 30 de março de 2007.
- c) violadora dos termos da Conferência de Estocolmo de 5 a 16 de junho de 1972.
- d) violadora dos termos da Convenção de Genebra de 28 de julho de 1951.

e) violadora dos termos da Convenção concluída em Genebra no dia 10 de Outubro de 1980.

QUESTÃO 28



Disponível em: <<http://www.bocamal dita.com/1119728058/nova-charge-uniao-homoafetiva>>. Acesso em 26 ago. 2018

Entre os dias 04 e 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal julgou a ADPF 132 e a ADI 4277, reconhecendo o direito de cidadãos e cidadãs à união estável para casais de um mesmo sexo.

A despeito das declarações de que o posicionamento da mais elevada casa do Poder Judiciário estaria se colocando acima dos clamores da sociedade, naquela oportunidade o então Ministro-Relator Ayres Britto, formulou o seu voto:

- a) contrariando os propósitos do PLC122/2006.
- b) em oposição ao posicionamento propalado pela jurista Maria Berenice Dias.
- c) adotando uma postura de interpretação conforme a Constituição Federal
- d) após ampla e exaustiva consulta pública, mediada por plebiscito.
- e) respaldado pelo apoio oferecido por organizações sociais representativas como o IPCO e a TFP.

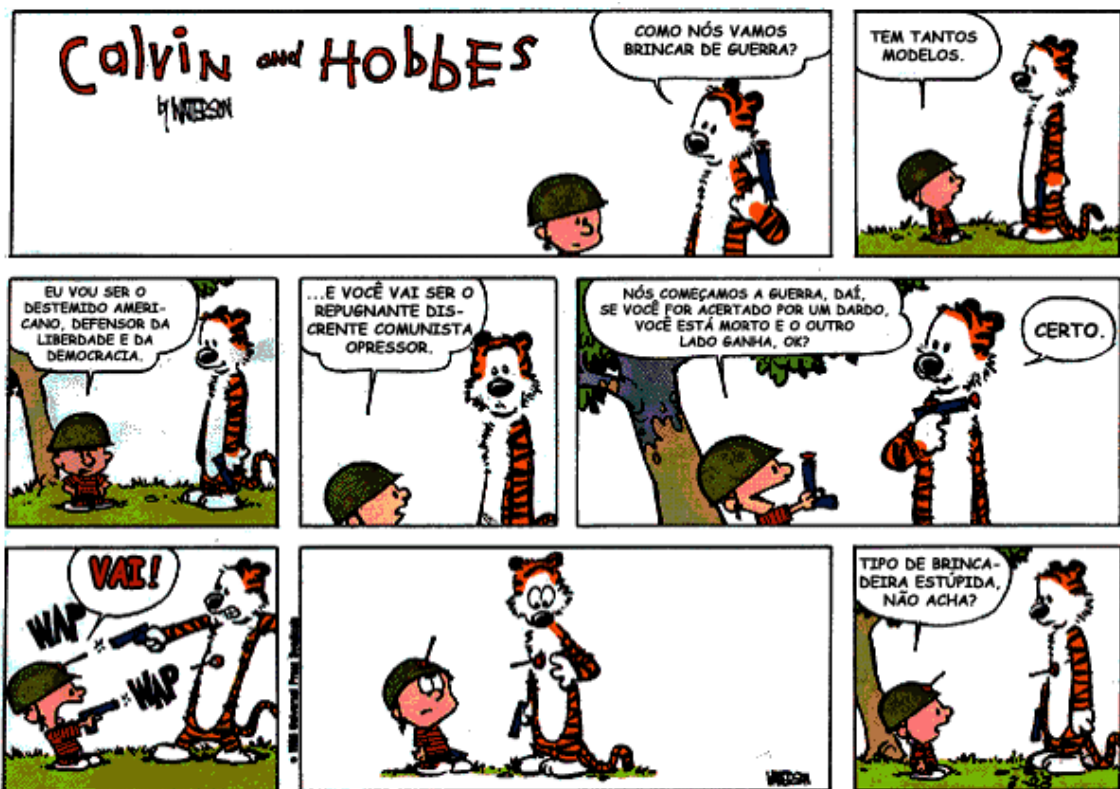
QUESTÃO 29 – 6ª questão de desempate

Uma das aplicações mais comuns da análise econômica do direito é à responsabilidade civil. Sobre esse contexto, é possível afirmar corretamente que:

- a) A responsabilidade civil, ao estabelecer critérios para a seleção das situações nas quais a ocorrência dos danos deve ser indenizada e ao definir critérios para a trasladação dos danos, acaba por constituir instrumento de agravamento de externalidades negativas;

- b) Um sistema de responsabilidade civil desempenha duas funções básicas, a reparação e a prevenção, às quais são acrescentadas duas funções adjacentes, a punição e a informação, sendo que, em perspectiva holística, verifica-se que a responsabilidade civil desempenha relevante função de bem-estar social, associada ao controle das atividades com risco de acidentes;
- c) A função básica de reparação, caracterizada pela obrigação de compensar o dano causado, de proporcionar às vítimas o ressarcimento pelos prejuízos sofridos, constitui a tônica da análise econômica da responsabilidade civil;
- d) A função básica de prevenção, caracterizada pela criação de incentivos para que autores e vítimas adotem conduta que evite ou minimize os riscos de acidentes, constitui a tônica da perspectiva jurídica tradicional da responsabilidade civil;
- e) Uma das principais críticas à análise econômica da responsabilidade civil é que ela tem poucos objetivos como premissas, o que acaba por restringir negativamente um campo que é tão rico e complexo.

QUESTÃO 30



Apesar da lição que Calvin e Hobbes tentam passar, as guerras são comuns e, portanto, tema regularmente tratado pelo Direito Internacional. Por isso, o Direito da Guerra procura proteger os inocentes e indefesos contra os excessos dos Estados que acreditam que os fins justificam os meios em cenários de guerra. As previsões, proibições e recomendações são **inúmeras**, e as afirmativas

abaixo trazem apenas pequenos extratos desse cenário complexo. Analise-as, julgue-as em verdadeiras (V) ou falsas (F) e assinale a alternativa que traz, respectivamente, os julgamentos em V ou F de forma correta:

I – A Cruz Vermelha é a organização internacional líder no assunto das leis de guerra, mas seus textos e comentários, embora reconhecidos em âmbito mundial, não são necessariamente aceitos em todos os aspectos por todos os países.

II – Há dois protocolos de 1977 para as Convenções de Genebra de 1949. O primeiro trata do status de pessoas capturadas durante hostilidades militares internacionais. O segundo protocolo requer o mesmo tratamento humano para indivíduos detidos durante um conflito que não possui caráter internacional.

III – Uma das determinações mais claras das leis de guerra é de que um Estado pode matar combatentes inimigos, mas não pode matar civis.

- a) I – V; II – V; III – V
- b) I – F; II – V; III – V
- c) I – V; II – F; III – V
- d) I – V; II – V; III – F
- e) I – F; II – F; III – F